

EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: entre a democratização e a mercantilização

Luciana Gurgel Farias Gondim

Universidade Estadual do Ceará

<https://orcid.org/0009-0002-8604-3038>

José Antônio Gabriel Neto

Universidade Federal do Ceará

<https://orcid.org/0000-0002-3136-6860>

Sandra Maria Gadelha de Carvalho

Universidade Estadual do Ceará

<https://orcid.org/0000-0002-0759-2788>

RESUMO:

O objetivo da pesquisa é compreender os processos históricos e contextos socioeconômicos e culturais marcantes que configuraram a expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) na região do Baixo Jaguaribe, Ceará, inseridas no contexto de implantação do projeto neoliberal de sociabilidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com viés histórico e bibliográfico. A análise crítica e contextualizada das categorias centrais, que são delineadas como ensino superior brasileiro, acesso e expansão no Vale do Jaguaribe, tem como referências as obras de autores(as) como Leher (2021); Sguissardi (2015); (Santos, 2025); (Brito, 2022), Carvalho (2007, 2021, 2025), dentre outros. Os dados do último Censo da Educação Superior (INEP, 2024), são balizadores do recorte e desenho das reflexões constituídas. Evidenciou-se que, assim como a implantação do ensino superior foi um fenômeno tardio no Brasil, percebe-se que a expansão e interiorização desse nível de ensino também foram acontecimentos historicamente mais recentes. Ainda que o apelo para ampliação do ensino superior tenha partido também pela demanda social e repleto de um discurso modernizador com a função de mitigar as desigualdades sociais, no Estado do Ceará, através de seus respectivos governos, e nas suas cidades interioranas, foi um meio de pôr em prática um projeto de sociedade que viabilizasse a existência pós-crise do próprio sistema capitalista, através do ideário neoliberal. Apesar da priorização dos interesses econômicos e mercadológicos, seguramente a presença das IES nas cidades do baixo Jaguaribe possibilitou o ingresso de um contingente de jovens das classes populares no ensino superior, com destaque para a Universidade, fissurando seu caráter elitista, e dialeticamente, possibilitando uma reflexão crítica das prioridades interpostas pelo mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior. Expansão. Interiorização. Baixo Jaguaribe – CE.

EXPANSION AND INTERIORIZATION OF HIGHER EDUCATION:

between the democratization and the commodification

Abstract

This study analyzes the historical processes and the social, economic, and cultural contexts that shaped the expansion and interiorization of Higher Education Institutions (HEIs) in the Bajo Jaguaribe region, in the state of Ceará, within the broader context of the advance of neoliberal policies in society. It is a qualitative study based on historical and bibliographic research, organized around three main axes: Brazilian higher education, access, and the expansion of this level of education in the Jaguaribe Valley. The discussion draws on authors such as Leher (2021); Sguissardi (2015); Santos (2025), Brito (2022), Carvalho (2007, 2021, 2025), among others, and also uses data from the Higher Education Census (INEP, 2024) to support the analysis. The results indicate that, just as higher education was established relatively late in Brazil, its expansion toward inland regions is also a recent historical process. Although this expansion has been presented as a response to social demands and supported by a modernizing discourse focused

on reducing inequalities, in Ceará it also served to strengthen a model of society aligned with neoliberal logic and market interests. At the same time, the presence of HEIs in the municipalities of Bajo Jaguaribe made it possible for many young people from working-class backgrounds to enter higher education, especially universities, helping to weaken its traditionally elitist character and opening space for more critical reflections on the priorities set by the market.

KEYWORDS: Higher Education; Expansion; Interiorization; Baixo Jaguaribe – CE.

EXPANSIÓN E INTERIORIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR entre la democratización y la mercantilización

Resumen

Esta investigación tiene como objetivo comprender los procesos históricos y los contextos sociales, económicos y culturales que marcaron la expansión y la interiorización de las Instituciones de Educación Superior (IES) en la región del Bajo Jaguaribe, en el estado de Ceará, dentro del avance del proyecto neoliberal en la sociedad. Se trata de un estudio cualitativo, de carácter histórico y bibliográfico, centrado en tres ejes principales: la educación superior brasileña, el acceso y la expansión de este nivel educativo en el Valle del Jaguaribe. El análisis se apoya en autores como Leher (2021); Sguissardi (2015); Santos (2025), Brito (2022), Carvalho (2007, 2021, 2025), entre otros, además de datos del Censo de la Educación Superior (INEP, 2024), que orientan las reflexiones desarrolladas. Los resultados muestran que, así como la implantación de la educación superior fue tardía en Brasil, su expansión hacia el interior también es un proceso reciente. Aunque la ampliación fue presentada como respuesta a demandas sociales y acompañada de un discurso de modernización y reducción de desigualdades, en Ceará este movimiento también funcionó como parte de un proyecto de sociedad alineado con la lógica neoliberal y con intereses de mercado. Aun así, la presencia de las IES en las ciudades del Bajo Jaguaribe permitió que muchos jóvenes de las clases populares accedieran a la educación superior, especialmente a la universidad, debilitando su carácter históricamente elitista y abriendo espacio para reflexiones críticas sobre las prioridades impuestas por el mercado.

PALABRAS CLAVE: Educación Superior; Expansión; Interiorización; Baixo Jaguaribe – CE.

1 INTRODUÇÃO

A expansão da educação superior no Brasil tem originado estudos e reflexões que se ampliam no contexto educacional do país durante, pelo menos, os últimos 20 anos. É considerável o aumento do acesso em instituições públicas e privadas no país durante esse período, e para tal corroborou vários programas criados no Ministério da Educação (MEC), destacando-se: ENEM, SISU, PROUNI e FIES (Brasil, 2026), aos quais retornaremos na terceira seção do artigo.

Todavía, se pode observar uma constante: o crescimento do número de matrículas em universidades e faculdades privadas. Constatou Noronha (2025) que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD Contínua Educação 2024) aponta 74,1% das matrículas de estudantes em Cursos de Graduação no país, em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas.

No que se refere exclusivamente às instituições públicas, dentre elas Universidades, Faculdades, Centros Universitários, IF's e CEFET's, em 2010 haviam 278 instituições, já em 2024, esse total alcança o quantitativo de 317, compreendendo um aumento de 14,03%. Denota-se expressiva ampliação de IES públicas, porém, mais expressivo ainda é o *gap* que se registra em relação ao setor privado no Ensino Superior, que chega a mais de duas mil instituições em 2024.

Por outro lado, essa expansão numérica possibilitou também a presença do ensino superior em territórios antes invisibilizados, distantes de metrópoles e grandes centros urbanos. O que nos impele a tentar compreender as reverberações desse quadro na Região do Vale do Jaguaribe, no estado do Ceará.

Para fins deste artigo, se partiu de uma pesquisa de mestrado, com um recorte que enfoca a seguinte questão central: como se deu a expansão e interiorização do ensino superior no Vale do Jaguaribe, levando-se em consideração que se destaca, no âmbito do interior cearense, como uma região que conta com Instituições de Ensino Superior, entre as mais antigas, sendo pioneiro também na pós-graduação *stricto sensu*?

Em decorrência, tem-se como objetivo compreender os processos históricos e contextos socioeconômicos e culturais marcantes que configuraram a expansão das IES, nesta região. O enfoque do estudo em questão visa identificar a expansão e interiorização do ensino superior na microrregião do Baixo Jaguaribe no período compreendido entre os anos 2000 a 2024, com dados retirados do último Censo do Ensino Superior.

Portanto, metodologicamente, a investigação se constitui de uma vertente histórica e bibliográfica, com perspectiva crítica, referenciada em obras como aporte das categorias basilares da pesquisa, quais sejam: ensino superior brasileiro, Leher (2021); Sguissardi (2015); acesso à educação superior no Vale do Jaguaribe, (Carvalho; Mendes e Amorim, 2021), (Brito, 2022), expansão e interiorização (Santos, 2025), (Carvalho e Mendes, 2025) e democratização da educação (Silva e Holanda e Gonçalves, 2024).

A pesquisa desenvolvida tem um caráter exploratório e busca apreender os determinantes dessa expansão em um contexto de democratização, interiorização e expansão do ensino superior. A base de dados do último Censo da Educação Superior do Brasil (INEP, 2024), fomentou as análises, e possibilitou a realização de uma reflexão acerca da trajetória de implantação de Instituições de Ensino Superior, com destaque para as universidades e institutos públicos.

A interpretação crítica dos dados empíricos por meio da produção teórica referenciada e a formulação das próprias considerações, são essenciais para desvelar as disputas de interesses das ações governamentais e interesses privados, bem como da sociedade. Permitindo constituir o cenário da interiorização do ensino superior, em meio às disputas e interesses do capital. Ressalvando-se o olhar para uma região com expressiva presença de IES, com um total 47 instituições (INEP, 2024) e ainda pouco estudada neste enfoque.

As partes componentes do artigo, seguem após a introdução, discutindo na seção 2 a contextualização da expansão do ensino superior brasileiro e o caráter elitista que o marcou. Na seção seguinte, se reflete acerca das possibilidades de acesso, que é um viés de democratização. Na última seção se aborda a ampliação, o histórico e as condicionantes das IES na região jaguaribana. E ao concluir, nas considerações finais, se pontua as sínteses constituídas desde a investigação realizada.

2 - O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO NO SÉC. XX E A FORMAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE ELITISTA

No século XIX, com a instituição do Brasil Império em 1822, expandem-se as Faculdades isoladas e mesmo com a Proclamação da República em 1899, será somente no século XX, em suas primeiras três décadas que a Universidade brasileira se institui através da junção de escolas e Faculdades superiores (Mendes e Carvalho, 2009). Dessa forma, se instaurou a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, e, em 1934, a Universidade de São Paulo, cujo projeto foi

bastante discutido pelas elites paulistanas, se configurando para além de uma congregação de cursos (Martins, 2018; Gouvêa, 2012).

Alguns marcos importantes para a consolidação nos moldes mais próximos de universidade como temos hoje foram a criação em 1930 do Ministério da Educação e Saúde Pública, do Estatuto das Universidades Brasileiras a partir do Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931 e da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1938. Assim, notadamente, o ensino superior brasileiro se desenvolveu de forma lenta e tardia, principalmente quando comparado com os sistemas nacionais na América Latina (Martins, 2018).

Para além de seu marco temporal de surgimento no país, a finalidade de modernização de uma incipiente república, estimulava a existência de um ensino superior que proporcionasse aos seus seletos estudantes, a obtenção de prestígio social e a conquista de cargos num mercado de trabalho reduzido (Santos, 2025).

A partir de 1945, iniciou-se um processo de federalização de universidades estaduais e privadas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e no ano seguinte a fundação da Universidade de Brasília em 21 de abril de 1961, são marcos da década de 1960.

Visualiza-se no país um investimento público para incorporação de universidades federais em quase todos os estados, em sua ampla maioria voltadas ao ensino, sem foco na pesquisa e extensão. A Reforma Universitária de 1968 comunga com um projeto de internacionalização da economia adotado por representantes do Golpe Empresarial-civil-Militar de 1964. Como marcadamente destaca Salata; Bringhenti e Miranda (2025, p. 06):

Desde então o Brasil consolidou um sistema de ensino superior com dois segmentos muito bem delineados, apesar da enorme heterogeneidade interna de cada um deles: uma rede pública, formada majoritariamente por universidades federais e estaduais, gratuitas, que associam ensino, pesquisa e extensão, e que contam com uma quantidade limitada de vagas e acesso por meio de vestibular; e uma rede privada, cada vez com maior participação, na qual predominam instituições voltadas somente ao ensino, oferecendo cursos de baixo custo, e cujo acesso é regulado principalmente pelo valor financeiro das matrículas e mensalidades.

Esse sistema dual, se por um lado sofre a crescente demanda de estudantes que concluíam a educação básica e procuravam o acesso ao nível terciário para além da capacidade das universidades públicas de incluí-los, por outro, representa a ampliação do capital privado no setor, levando a mercantilização da educação universitária.

Desde 1960 até duas décadas seguintes compreende o primeiro ciclo de expansão desse nível de ensino. Já na primeira década presencia-se um salto de cerca de 93 mil matrículas em 1960, para 425 mil dez anos depois. Ao final desse primeiro ciclo de crescimento, em 1980 chega-se a uma marca de 1.4 milhão de matrículas, distribuídas em 5 mil cursos de graduação, após esse interstício, durante aproximadamente 15 anos há uma estagnação da oferta de novos cursos ou criação de novas IES. A predominância numérica de IES privadas já é notória nesse primeiro ciclo expansionista, quando em 1995 o Brasil tinha 894 instituições, das quais 684 eram privadas e 210, públicas (Senkevics, 2021).

O período de expansão é concomitante ao período ditatorial em que se operou a ampliação da inserção do capital monopolista em vários setores da economia nacional, incluindo-se a educação superior.

A carência de acesso a bens públicos para a maioria das pessoas, dentre eles a educação, compõe o conjunto de desigualdades e segregação que marcam a formação da sociedade brasileira. Como afirmam Oliveira, Bezerra e Braga (2021, p.369): “a principal característica da educação brasileira é a dualidade do ensino entre uma formação propedêutica e outra profissionalizante.”

Os autores Xerez et al (2020) afirmam que o jovem proveniente da escola pública, historicamente, apresenta desvantagem no acesso ao ensino superior, tendo em vista que, mesmo representando a maioria da totalidade de alunos que cursam o ensino médio, não correspondem em número superior à totalidade dos discentes das universidades. Isso se deve porque ao mesmo tempo em que não possuem recursos para acessar o nível superior privado, os jovens provenientes da rede particular de ensino médio possuem uma melhor preparação, o que os

fazem assumir as vagas concorridas nas universidades públicas do país. O sistema educacional, portanto, “mantém como de elite e de alta qualificação para poucos, enquanto adquire traços de “sistema” de massas e de baixa qualificação para muitos” (Sguissardi, 2015).

Essa conjuntura de desigualdade de acesso, começou a ser modificada, ao menos para o nível superior de ensino, a partir da expansão das ações afirmativas, cujas primeiras iniciativas partiram da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) – frutos de leis estaduais que regulamentavam a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas. Mas o debate se ampliou nacionalmente com a adoção de cotas raciais pela Universidade de Brasília (UnB) em 2004 (Feres Júnior, et.al, 2018), assunto a ser retratado na seção seguinte.

3 - A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

A Reforma Universitária de 1968 foi marcada por uma contradição, *pari passu* ao controle político das universidades públicas brasileiras através da repressão de seus docentes e do movimento estudantil, ampliava a rede para a formação de mão de obra para a produção econômica (Almeida e Silva, 2024).

O período ditatorial de 1964 até 1985, em especial na década de 1970, foi delineado por repressões aos movimentos sociais e sindicais, aos políticos liberais e de esquerda, exílios, e até assassinatos de ativistas, estudantes, e trabalhadores, mas, também foi um período marcado por intensas resistências vindas de diversos setores da sociedade.

A década de 1980, no Brasil, traz em seu esteio uma crise econômica, que também é internacional dado a crise do petróleo e um processo de luta por redemocratização. Com o desgaste político fermentado pela inflação e crise econômica, e constantes denúncias de desrespeito aos direitos humanos, o regime ditatorial tem o seu fim em 1985, com a eleição do primeiro presidente civil, em mais de 20 anos. A Campanha das “Diretas Já” foi vitoriosa e após o

falecimento de Tancredo Neves, José Sarney, assume o Governo e instituiu a Nova República, inaugurada em 1985.

O contexto favoreceu a efervescência de mobilização social por direitos reprimidos e no cenário da educação superior a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 se firmaram como marcos importantes na estrutura do sistema de ensino superior no Brasil, que institui a tripla dimensão do ensino superior: ensino, pesquisa e extensão.

Ao final dos anos 1980 e início dos 1990, quando do Consenso de Washington (1989) e do governo de Fernando Collor de Melo (1992-1994). Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), implementa o ajuste neoliberal quando da Reforma do Estado. Esses governos se adequaram de forma simbiótica nos ditames das agências internacionais, delineando a agenda de governo no seu plano econômico e nas respostas das políticas públicas, em suas diversas áreas e a educação estava nesse rol de maneira estratégica (Mendes e Carvalho, 2009; Segundo, 2005, Sguissardi 2015).

O país adota as recomendações do Banco Mundial. O documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (1995), traz orientações, direcionadas aos países em desenvolvimento, que redefinem o papel do Estado quanto a participação no ensino superior, sugerindo diversificação das fontes de financiamento. O Banco Mundial interpreta o sistema desse nível de ensino até então desses países em crise, como ineficiente e dispendioso (Borges, 2010).

A ampliação do preceito neoliberal no Brasil é um fenômeno esperado pela própria manutenção do sistema capitalista de produção, a partir da crise estrutural do capital e portanto, retrocessos de seus lucros, amplia-se a exploração da força de trabalho, com redução de políticas públicas, privatizações para a retomada de crescimento de suas forças produtivas e consequente continuidade da estrutura capitalista.

É imperativo desse projeto a redução da ação reguladora do Estado, através do desmonte das políticas sociais, sendo o acesso aos bens socialmente produzidos vinculado à integração dos sujeitos ao mercado. Com a queda do padrão produtivo Fordista/taylorista e a intervenção Keynesiana de Estado– cuja

crise se manifestava na “estagnação ou queda nos salários reais pelo lado dos trabalhadores; um forte endividamento por parte do Estado intervencionista e queda mais acentuada na taxa de lucros dos capitais; aprofundamento das desigualdades e da divisão internacional do trabalho” (p. 38) - inaugura-se com o toyotismo uma nova forma de produzir e de atuação estatal (Maia Filho; Segundo e Rabelo, 2016).

Passa-se a exigir um trabalhador polivalente, capaz de executar inúmeras tarefas e domínio de novas ferramentas e tecnologias, isso trouxe consequências como a precarização do trabalho, a partir da desregulamentação das poucas garantias trabalhistas e desemprego em massa.

No ensino superior, as reverberações neoliberais são demarcadas por contradições. Ao passo que o ENEM, em 1998, e o Fies criado em 1999, por Fernando Henrique Cardoso ganharam seu auge de protagonismo no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2006) e (2007 – 2010), que também implementou o Prouni, em que se configuram iniciativas que reforçam potencialmente a iniciativa privada. Em paralelo, também foi no governo Lula que se implantou o SISU, a política de Cotas e o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), ações que favoreceram o ingresso de na educação superior pública para grupos sociais que, ao longo da história da educação brasileira, foram alijados desse nível de ensino.

Tem-se assim, nos governos de Luís Inácio Lula da Silva a continuidade em parte da política neoliberal iniciada por Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso pelo patrocínio do crescimento à iniciativa privada e em contrapartida investe-se, embora em menor quantidade, na expansão e interiorização da educação superior pública com ampliação de políticas públicas de acesso.

Dessa forma, as duas primeiras décadas do século XXI, tiveram relevantes acontecimentos para o ensino superior no país. Destacam-se nos primeiros anos o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), criado em 1999, com a finalidade de financiar cursos de graduação em IES privadas (presenciais e a distância) e o Plano Nacional da Educação (PNE) que estabeleceu metas para

o decênio 2001-2010 no intuito de alcançar as matrículas no ensino superior em 30% dos jovens de 18 a 24 anos até o final da década de 2010 (Santos, 2025).

Além desses marcadores tem-se o Programa Universidade para Todos (Prouni) instituído pela Lei nº 11.096/2005, o qual oferta bolsas de estudos para estudantes de baixa renda em instituições particulares de ensino superior. Nota-se um importante incentivo e financiamento ao setor privado da Educação Superior em relação à oferta do ensino neste nível, pelo poder público, esse panorama é persistente nos dias atuais. Em 2024, enquanto o país possuía apenas 317 IES públicas, tem-se um quantitativo de 2.244 IES privadas, em termos percentuais as IES privadas superam em 701,58% às públicas. É evidente que há uma disparada quantitativa das faculdades privadas, concentrando o viés do ensino, enquanto que as Universidades, IF e CEFET estão mais vinculados ao setor público e é onde se desempenha com reconhecida excelência o tripé de ensino, pesquisa e extensão.

O combo Fies Prouni e a abertura do Ensino a Distância (EaD) no país a partir do artigo 80 da LDB de 1996 e a regulamentação dessa modalidade (com os Decretos nº 5.622/2005, 6.303/2007, o Decreto nº 9.057 e o mais recente o Decreto nº 12.456 de maio de 2025, são ações do Governo Federal que favoreceram o segmento particular (Silva, Holanda e Gonçalves, 2024).

Esse cenário concede às demandas do mercado e do modo de produção o poder de determinar a função social do ensino superior, em especial as instituições privadas de Ensino a Distância, em geral, com exigências inferiores para a formação. Desse modo, dão exclusividade à dimensão do ensino ao selecionarem saberes cada vez mais operacionais para compor um currículo que atenda às requisições do mercado.

A mercantilização do ensino superior produzida no Brasil assume proporções singulares. Com patrocínio estatal, simbolizado pelos expoentes Fies e Prouni com repasses de recursos do fundo público, grupos econômicos monopolizam esse nível de ensino, principalmente na modalidade EaD. Essa inclusive, é disparada a forma de ensino que mais cresce no país (Leher, 2021). A variação de matrículas em EaD entre os anos 2010 e 2024 obteve uma

variação ascendente de 506,9%, enquanto que a modalidade presencial houve um decréscimo negativo de 8% (INEP, 2024).

Os maiores grupos econômicos concentram mais de 65% das matrículas de cursos em EaD. Esse domínio comercial de empresas educacionais consegue alavancar a lucratividade também a partir da presença na bolsa de valores. A educação EaD no ensino superior, a partir de 2008, torna-se um dos negócios mais rentáveis no país (Leher, 2021).

Esse contexto histórico ocasiona em 2024, ter-se em relação às matrículas no ensino superior um número de 10.227.266 de alunos matriculados, dentre os quais 2.065.067 compreendem as matrículas nas instituições públicas federais, estaduais e municipais e 8.162.199 correspondem às matrículas nas instituições privadas com e sem fins lucrativos (INEP, 2024).

Nos governos de Dilma Rousseff (2011-2014) e (2015 - 2016) implementou-se a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, chamada Lei de Cotas, que determinou a reserva de vagas se firmando como principal providência de ação afirmativa no país. Nesse interstício foi implementado o Programa, agora Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com a finalidade de possibilitar a continuidade e conclusão da graduação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com renda bruta familiar mensal *per capita* de até 1 (um) salário-mínimo.

Entre meados da década de 1990 e as duas primeiras décadas do século XXI, Senkevics (2021) classifica o período como o segundo ciclo expansionista do ensino superior. Ele é caracterizado por um tempo em que a conjuntura do ensino superior adquire robustez em tamanho, reiterando a predominância da oferta na esfera privada, e um maior quantitativo de jovens que cumpre os requisitos de ingressar no ensino superior (através da conclusão do ensino médio). O perfil dos discente também se modifica, ao passo que, paradoxalmente, a iniciativa privada se consolida como esfera de maior oferta do ensino superior e alcança lucros estratosféricos. Contraditoriamente é também no mesmo período, a um nível menor e mais lento, de investimentos em ações afirmativas e programas de permanência estudantil para acesso à universidade pública e de interiorização destas instituições. Se em parte, amplia-

se a democratização do acesso e permanência, também se ampliam os lucros do setor privado que investe na mercantilização do ensino superior.

4 - A EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO CEARÁ

O pioneirismo da interiorização do ensino superior no estado, está fortemente ligado à história da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Ao ser constituída em 1974, a UECE também agrega algumas Faculdades isoladas, como a Faculdade de Veterinária e a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), fundada em 1968, no Município de Limoeiro do Norte, já nascendo interiorizada (Carvalho; Mendes e Amorim, 2021; Carvalho e Mendes, 2025). Atenta-se que:

Na perspectiva geográfica, interior são áreas internas de difícil acesso, pouco desenvolvidas aos olhos do capital. Ou seja, são áreas não integradas ao restante do país e pouco conhecidas, onde faltam investimentos governamentais e sobram desigualdades sociais. Nesse mote, interiorizar o Ensino Superior seria levá-lo para 'dentro' desses locais, agregando a um movimento de expansão do acesso, possibilitando uma aproximação com os espaços que recebem historicamente mais investimentos por concentrarem as decisões políticas e econômicas das Regiões (Silva, Holanda e Gonçalves, 2024, p. 5).

A interiorização a partir da Universidade Estadual do Ceará se deu na busca de alinhamento com a proposta nacional de modernização, contudo notava-se no Estado uma alta taxa de analfabetismo, com quantitativo expressivo de população rural e ações assistencialistas do governo, com forte predomínio de clientelismo e coronelismo. Os problemas com a escassez de chuva, a má distribuição de terras agrícolas ocasionou um processo migratório de cearenses em busca de melhores condições de vida para outras regiões do país.

Com o intuito de diminuição das disparidades escolares alarmantes, que por sua vez distanciava o Estado da perspectiva nacional de modernização industrial e tecnológica, foi pensado a criação de universidades na área de humanas para formar professores que atuassem na educação básica. Foi assim

que entre as décadas de 1970 e 1980 instalaram-se os *campi* da UECE, Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e Universidade Regional do Cariri (URCA) em vários municípios nas cidades do interior, demonstrando que as universidades estaduais cearenses foram importantes instrumentos de interiorização da Educação Superior para o Estado (Brito, 2022).

Destaca-se aqui a fundação em 1975 da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e como mencionado acima, da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM) no município de Limoeiro do Norte em 1968, posteriormente incorporada à UECE em 1975, consagrando-se como única instituição de ensino superior situada no interior do Estado naquele período. A FAFIDAM, desde então, com seus nove cursos de licenciatura, é um lócus de referência na formação de professores (Carvalho; Mendes e Amorim, 2021; Leal, 2017).

Dessa forma, a chegada de Tasso Jereissati (1987–1991, 1995–1999 e 1999–2002) no governo através da sua atuação no Centro Industrial do Ceará (CIC) e, posteriormente, de Ciro Gomes (1991-1994), demarcam a instalação do projeto neoliberal no Estado do Ceará e a utilização da educação básica e do ensino superior para a sustentação desse propósito. Nesse lapso, como refere Silva (2022, p. 2), “na última década do século XX, o setor educacional privado expande-se em direção ao interior do Ceará”.

Entende-se, portanto, que o projeto neoliberal em curso no país, coadunando-se aos ditames do Banco Mundial, e Consenso de Whashington, já referidos anteriormente, leva a expansão da oferta de educação superior também no Estado do Ceará, a fim de possibilitar a formação e renovação de forças produtivas para o estabelecimento de agentes empresariais no bojo das diversas regiões do Ceará.

Assim, no quadro 01, com os resultados do último Censo da Educação Superior (INEP, 2024), observa-se que esse cenário se perpetua até os dias atuais.

Quadro 01: Número de matrículas de graduação presencial, por categoria administrativa (pública e privada), segundo a região geográfica e a unidade da federação - Brasil - 2024.

Região/Unidade da Federação	Número de Matrículas Presencial		
	Total	Pública	Privada
Brasil	5.037.463	1.849.495	3.187.968
Nordeste	1.225.148	531.245	693.903
MA	126.977	56.973	70.004
PI	86.377	41.917	44.460
CE	206.664	84.058	122.606
RN	90.560	55.291	35.269
PB	123.494	66.103	57.391
PE	216.806	77.880	138.926
AL	69.459	33.038	36.421
SE	50.770	23.788	26.982
BA	254.041	92.197	161.844

Fonte: [Censo da Educação Superior 2024](#) - Mec/Inep, 2024.

Conforme os dados postos, o Ceará, na região Nordeste, está atrás apenas do Estado de Pernambuco quando se trata de matrícula no ensino superior, cuja ampla maioria dessas matrículas estão no âmbito privado de ensino. Com o recorte da região do baixo jaguaribe, pode-se constatar outras nuances como poderemos debater no próximo item.

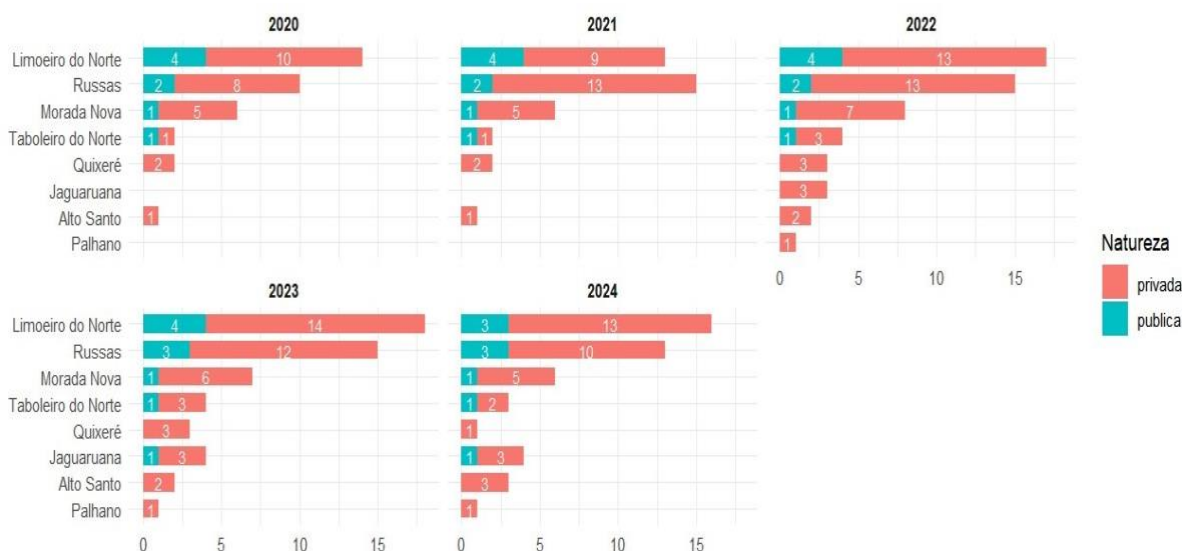
4.1 - A REALIDADE NOS MUNICÍPIOS DO BAIXO JAGUARIBE

O Vale do Jaguaribe compõe uma das regiões do Ceará e possui uma população estimada de 549.356 habitantes (em 2015), é formada por quatro microrregiões (Litoral de Aracati, Baixo Jaguaribe, Médio Jaguaribe e Serra do Pereiro) e por 21 municípios. Uma dessas quatro microrregiões é a do Baixo Jaguaribe, a qual reúne 326.336 habitantes, cerca de 60% da população total do Vale do Jaguaribe. São dez municípios que compõem essa microrregião, sendo eles: Alto Santo, Ibicuitinga, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte. Dentre esses municípios se destacam três em termos demográficos e de desenvolvimento, são eles: Russas, Morada Nova e Limoeiro do Norte (Sociedade Portuguesa de Inovação, 2016).

Os dados demonstram que são nos três principais municípios citados do baixo Jaguaribe que estão concentradas o maior número de IES, são eles:

Limoeiro do Norte (16 IES), Russas (13 IES) e Morada Nova (6 IES), respectivamente. Esse ranking perdura durante todo o período compreendido entre 2000 a 2024. A maioria dessas IES são de Educação a Distância e privadas, conforme podemos verificar nas figuras abaixo:

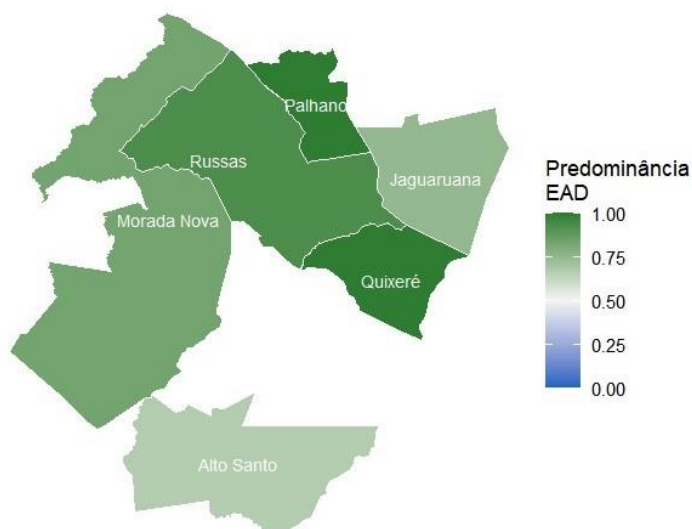
Figura 01: Quantidade de IES com matrícula de alunos em **cursos de graduação** por natureza administrativa nos municípios do baixo jaguaribe (2000-2024)



Fonte: Elaborado pelos autores com base no painel estatístico do Censo da Educação Superior

Outro fator importante a ser observado é que, em municípios menores como Alto Santo, Palhano e Quixeré, a presença do ensino superior é exclusiva de IES privadas de ensino presencial ou privadas EaD, sendo que em Palhano e Quixeré no ano de 2024 a única IES existente é de administração privada e de Ensino a Distância. A figura 02, abaixo, permite a identificação dessa afirmação:

Figura 02: Predominância da oferta das modalidades de ensino presencial e EaD dos municípios do baixo jaguaribe no ano de 2024.



Fonte: Elaborado pelos autores com base no painel estatístico Censo da Educação Superior

O crescimento de IES EaD nos municípios do Baixo Jaguaribe não é uma constância linear, havendo períodos de expansão e refluxo. Uma das causas desse efeito pode ser as novas exigências estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) para o controle de qualidade acadêmica dessa modalidade de ensino. O Decreto nº 12.456 de maio de 2025 mais recente, é mais propenso ao ensino semipresencial e proíbe o formato EaD completo para alguns cursos, como medicina e direito.

Nesses municípios também há a presença de IES públicas que oferecem o ensino superior à distância, porém em número muito menor que as IES privadas. Na região, há 20 IES privadas que ofertam ensino na modalidade EaD, enquanto que 04 IES públicas oferecem cursos nessa modalidade, conforme dados do último censo (INEP, 2024).

Os municípios do baixo Jaguaribe que apresentam IES públicas de ensino presencial são Limoeiro do Norte, Russas, Morada Nova, Jaguaruana e Tabuleiro do Norte. Nesses municípios há a presença de campus da UECE, UFC, IFCE e polo da UAB. Alguns dos municípios mencionados, a IES que oferece ensino presencial é unicamente a IES públicas, como os IFCE's de Tabuleiro do Norte, Morada Nova e Jaguaruana. É importante frisar o impacto da instalação física de um campus universitário em um município do interior, pois

o processo de expansão e principalmente de interiorização transformam o território, ampliando a demanda de estudantes e professores por serviços, gerando empregos na região. A dinâmica “beneficia setores como comércio, construção civil, alimentação, moradia e transporte, fortalecendo a economia regional e promovendo melhorias na infraestrutura urbana” (Santos, 2025, p.71).

Em se tratando da UECE, Carvalho; Mendes e Amorim (2021), salientam que, com base no Censo Discente realizado em 2013, a instituição é composta por um perfil popular dos discentes.

Como um dos resultados, o censo revela que 60,24 % dos estudantes sobrevivem em cenários de pobreza (44,33% de 01 a 03 salários mínimos – classe social D) e extrema pobreza 15,91% até 01 salário mínimo – classe social E) (UECE, 2013).

Essa realidade reafirma a função política e social da Universidade em possibilitar que setores historicamente invisibilizados e excluídos da universidade pública possam agora acessá-la, tornando realidade o acesso à educação superior de famílias provindas da zona rural.

De forma mais abrangente, a existência de um Campus em um município do interior é fundamental na produção de conhecimento científico e tecnológico (através da pesquisa) que por longos anos foram restritos a grandes centros urbanos. Proporcionar conhecimento para o interior criam condições que atraem empresas e “(...) tornam esses municípios mais atrativos e competitivos, consolidando-os como pontos de referência em suas regiões” (Santos, 2025, p.71).

Por outro lado, Carvalho; Mendes e Amorim (2021); Carvalho e Mendes (2025), ressaltam a função da Extensão Universitária, notadamente nas IES públicas, cuja inter-relação com a pesquisa, vem a reverberar no fortalecimento das organizações da sociedade civil, movimentos sociais, propiciando aprendizados mútuos, iniciativas de economia solidária, maior igualdade no acesso ao direito à educação, e ainda melhorando a parceria com escolas públicas, e envidando esforços para permanência no território com maior qualidade de vida dos trabalhadores do campo e na agricultura familiar.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além do mercado, a sociedade também demandou pelo acesso ao ensino superior, pois para a população foi reforçado o papel da educação como antídoto para as expressões da questão social, sejam elas, fome, desemprego, violência etc. A alta procura, somada ao regime adotado pelo período ditatorial de 1964, construíram as bases para a entrega, em grande parte, da responsabilidade de expansão e interiorização do ensino superior para a iniciativa privada, tornando a educação mercadoria rentável.

No Ceará, a Universidade Estadual foi destaque e pioneira no processo de interiorização do ensino superior, em consonância com o projeto modernizador nacional, aqui a universidade surge para solucionar as desigualdades sociais e o “atraso” regional, sendo muito vinculada à escola básica para combater as altas taxas de analfabetismo, e formar professores(as). Assim como a federação, no Estado também a esfera privada dominou o nicho do ensino superior com foco no ensino para capacitar tecnicamente os filhos da classe trabalhadora através das políticas de financiamento público.

Em certa medida, mesmo que seja real a crítica de dominância da educação superior pelo mercado, em cidades pequenas, como algumas localizadas na microrregião do baixo jaguaribe, a presença do ensino superior se dá, exclusivamente, por meio de IES privadas e, muitas vezes, na modalidade EaD. É preciso, no entanto, fortalecer o trabalho de avaliação e fiscalização da qualidade acadêmica.

Todavia é possível apreender que em alguns desses municípios, a única instituição que oferta a formação presencial é a IES pública. A instalação da maioria dos *campi* das IES públicas coincide com as cidades referência do Vale do Jaguaribe, trazendo benefícios diretos e desenvolvimento regional a longo prazo e maior justiça e democratização do acesso e permanência no ensino superior.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniela da Cunha Lopes, SILVA, Silvia Maria Cintra. Expansão e interiorização do ensino superior no Brasil – um estudo de caso em Minas Gerais. *Cadernos da Fucamp*, v.27, p.1-30. Abr. 2024.

BORGES, M. C. de A. A visão de educação superior do Banco Mundial: recomendações para a formulação de políticas educativas na América Latina. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 26, n. 2, p. 367-375, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/19722>. Acesso em: 16 jan 2026.

CARVALHO, S. M. G. de.; MENDES, J. E.; AMORIM, J. L. de. Universidade, desenvolvimento territorial e educação do campo no Vale do Jaguaribe. *Revista da FAEEDBA - Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 30, n. 61, p. 52–67, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/faeeba/article/view/13016>. Acesso em: 03 jan. 2026.

CARVALHO, S. M. G. de; MENDES, J. E. A autoavaliação na interiorização da Pós-Graduação em Educação no Semiárido Cearense: do curso de MAIE ao Programa PPGEEN-UECE. *Práxis Educativa*, [S. l.], v. 20, p. 1–21, 2025. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/24911>. Acesso em: 05 jan. 2026.

BRITO, Lúcia Helena de, Expansão do ensino superior no Brasil e no Ceará: antecedentes históricos In: *A Educação na contramão* [livro eletrônico]: *contribuições teóricas à luz da economia política*. Org: NOVAES, Marcos Adriano Barbosa de, SILVA, Daniela Glicea Oliveira da, BRITO, Lúcia Helena de. 1. Ed. Fortaleza, CE: Editora da UECE, 2022.

FERES JÚNIOR, J., CAMPOS, L. A., DAFLON, V.T., e VENTURINI, A.C. *Ação afirmativa: conceito, história e debates* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, 190 p. Sociedade e política collection. ISBN: 978-65-990364-7-7.

GOUVÊA, F. C. F. A institucionalização da pós-graduação no Brasil: o primeiro decênio da Capes (1951-1961). *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 9, n. 17, jul. 2012. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/312>. Acesso em: 14 jul. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Painel Estatístico do Censo da Educação Superior: dados do Censo da Educação Superior 2024*. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/centro-da-educacao-superior/inep-lanca-painel-de-estatisticas-do-censo-superior>. Acesso em: 2 jul. 2025.

LEAL, Maria Patrícia Moraes. *História e memória da FUNEDUCE e UECE: entre narrativas e documentos oficiais*. 131 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-

graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2017.

LEHER, R. Estado, Reforma Administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 9–29, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43851>. Acesso em: 9 jan. 2026.

MAIA FILHO, Osterne Nonato; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes; RABELO, Josefa Jackline. O PROBLEMA DO MUNDO DO TRABALHO NO ATUAL CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL. *Cadernos de Pesquisa*, v. 23, n. 1, p. 28–41, 29 Abr 2016. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/4627>. Acesso em: 20 nov 2025.

MARTINS, Carlos Benedito. As origens pós-graduação nacional (1960-1980). *Revista Brasileira de Sociologia – RBS*, [S. l.], v. 6, n. 13, 2018. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/374>. Acesso em: 14 jul. 2025.

MENDES, José Ernandi; CARVALHO, Sandra M. G. Extensão universitária: compromisso social, resistência e produção de conhecimentos. *Interface: a journal for and about social movements*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 79-104, jan. 2009. Disponível em: <http://www.interfacejournal.net/wordpress/wp-content/uploads/2010/11/interface-issue-1-1-pp79-104-MendesCarvalho.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2026.

NORONHA, Heloísa. Rede pública x rede privada: onde estudam os brasileiros conforme o IBGE: dados da Pnad Contínua Educação 2024 ajudam a traçar um panorama atual sobre o cenário escolar no país. *CNN*, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/rede-publica-x-rede-privada-onde-estudam-os-brasileiros-conforme-o-ibge/> Acesso em: 05 de janeiro de 2026.

OLIVEIRA, Samara Taveira de; BEZERRA, José Eudes Baima e BRAGA, Maria Margarete Sampaio de Carvalho. O Ensino Superior no Brasil e os interesses de classes entre as décadas de 1970 e os dias atuais: quem teve direito de acesso? In: *e-Curriculum [online]*, vol.19, n.1, pp.368-389. maio,2021.

SALATA, André; BRINGHENTI, Taiane; MIRANDA, Ana Carolina. Origem Social e Acesso ao Ensino Superior no Brasil entre 1992 e 2022. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, p. 1-39, maio. 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/xwH8txdN8HCZRvNS3RJ8bYj/>. Acesso em: 17 jul. 2025

SANTOS, Fransuellen Paulino. *Expansão e interiorização do ensino superior brasileiro: desigualdades e transformações regionais*. p. 1-163. Tese. Doutorado em Economia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstreams/e01eb7f0-78e2-4fb9-8316-267b3315dea1/download>. Acesso em: 06 dez. 2025.

Senkevics, Adriano. A expansão recente do ensino superior. *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*, v. 3, n. 4, pp. 199-246, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/27635139.ceppe.v3i4.4892>. Acesso em 15 de jan. 2026.

SILVA, Antonio Leonardo; HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de; GONÇALVES, Luiz Antônio Araújo. A expansão e interiorização do ensino superior: a realidade dos universitários de Senador Sá, Ceará. *Revista ACTA Geográfica*, Boa Vista, v. 18, n. 49, maio-ago, 2024. Pp. 01-19. Disponível em: <http://revista.ufrb.br/actageo/article/view/8072>. Acesso em: 20 de novembro de 2025.

SILVA, Wagner Pires da. Políticas públicas para a educação superior: o caso do Cariri cearense. **Educação & Sociedade**, Campinas, V.43, pp.1 - 16 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/cHymXDkFh6CP4jZmfQg3pHD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2026.

Sguissardi, Valdemar. EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL. DEMOCRATIZAÇÃO OU MASSIFICAÇÃO MERCANTIL? **Educação & Sociedade**, vol. 36, núm. 133, out-dez, 2015, pp. 867-889. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mXnfvHV7s7q5gHBRkDSLrGXr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de jan. 2026.

SOCIEDADE PORTUGUESA DE INOVAÇÃO; OIKOS PESQUISA APLICADA LTDA. *Atualização do Plano de Desenvolvimento Regional do Vale do Jaguaribe: Produto 8 – Sumário Executivo*. Fortaleza, CE: Secretaria das Cidades do Estado do Ceará, dez. 2016. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 2826/OC-BR, SPI: PR-02424. Disponível em: https://www.cidades.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/2015/12/P8_Sum%C3%A1rio-Executivo_Vale-Jaguaribe.pdf. Acesso em: 05 dez. 2025.

UECE. *RELATÓRIO GERAL DO CENSO DISCENTE DA UECE – 2013*. Disponível em: https://www.uece.br/prae/wpcontent/uploads/sites/45/2019/08/RELATO%CC%81RIO_GERAL_CENSO_2013.pdf. Acesso em: 03 jan. 2026.

XEREZ, Antonia Solange Pinheiro; RIBEIRO, Luís Távora Furtado; MARTINS, Racquel Valério; NASCIMENTO, Karla Angélica Silva do. Jovens da escola

V. 10, N. 24, 2026
DOI: [10.29327/268346.10.24-4](https://doi.org/10.29327/268346.10.24-4)

pública: diálogos e reflexões acerca das possibilidades e limites de seu ingresso nas universidades brasileiras. *Aula*, v. 26, p. 187–198, 2020. Disponível em: <https://revistas.usal.es/tres/index.php/02143402/article/view/aula202026187198>
Acesso em: 2 nov. 2024.